

Introdução

O presente texto não é um relato final de um projeto específico de pesquisa. Porém, nasce da atividade da pesquisa. Tenho como um dos meus objetos de pesquisa as organizações cooperativas, especialmente, as diferentes iniciativas de cooperação, no meio rural, especialmente, as que integram as economias da agricultura familiar. Algumas razões dessa opção têm motivação na experiência pessoal de participação em gestão de organizações cooperativas. Afirmo Minayo (1994, p. 17-18) que as questões da pesquisa social estão “relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente determinadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos”.

Portanto, o texto traduz reflexões do campo da pesquisa, especialmente, a partir de entrevistas com associados, lideranças cooperativistas e sindicais, a partir da observação e participação². Deseja-se buscar interlocuções com quem também se ocupa da problemática do movimento cooperativo, no sentido de constituir uma intersubjetividade de visões, uma certificação social de saberes específicos. No diálogo com os diferentes saberes está um importante instrumento de pesquisa e um caminho de busca de novas respostas, ainda que provisórias. Na verdade, a pesquisa tem seu desdobramento no seguimento da interlocução.

Afirmo Marques (1998, p. 98) que

cumprida primeira tarefa de desenhar o seu tema, ou o eixo central, a espinha dorsal, de sua pesquisa, cabe agora ao pesquisador convocar uma específica comunidade de argumentação em que se efetive o unitário processo de interlocução e certificação social de saberes postos à discussão em cada tópico a ser desenvolvido.

O que anima minhas atividades de investigação, especialmente, são as questões suscitadas pelo envolvimento com as organizações cooperativas. No campo da experiência, no decorrer dos anos, colhi mais dúvidas que respostas em relação às práticas cooperativas, constituindo-se em desafios ao estudo, à investigação e ao diálogo. Colhi incertezas, especialmente, em relação ao alcance social concreto das práticas cooperativas, na economia de mercado capitalista.

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências.

² As entrevistas foram gravadas e transcritas. Os entrevistados assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

A observação permite afirmar que as práticas do movimento cooperativo são fenômenos sociais complexos. Diz Demo (2002, p. 18): “Complexidade não parece ser apenas modo de se organizar. É igualmente modo de ser [...]” Penso que não basta apenas observar uma cooperativa pelo sucesso de sua estrutura organizativa, por seus resultados materiais, embora fundamentais, mas também pelo que representa, além disso, na vida cultural, social e política dos seus associados, no processo de desenvolvimento local. É preciso observar como a dinâmica da organização cooperativa influi ou condiciona o modo de ser dos seus associados, de onde advém esse poder de influência. As práticas cooperativas, além de seu potencial pedagógico, certamente, instituem processos de aprendizagem, na medida em que os seus associados adquirem informações, desenvolvem habilidades, afirmam valores, comportamentos ou atitudes.

Entretanto, da complexidade da organização cooperativa podem nascer incertezas, dúvidas ou perguntas, a respeito das práticas cooperativas, tais como: Quais os mecanismos que regulam a organização cooperativa em contexto maior concorrencial? Qual a solidariedade necessária à cooperação de seus membros? Deve ou pode a organização cooperativa, como reação a uma situação de problemas ou dificuldades, também cultivar dimensões não econômicas? Tem a cooperação suas raízes no egoísmo do ser humano, na busca por maximizar, individualmente, as vantagens entre diferentes escolhas, ou é também expressão de uma dimensão de solidariedade da natureza do ser humano? Qual o lugar da educação no processo de organização e funcionamento das cooperativas? Na economia de mercado, em que SE vive e atua as pessoas são “construídas” pelos valores da lógica capitalista: qual a possibilidade de constituir a organização a cooperativa como um espaço pedagógico alternativo frente a essa tendência?

Ensina Morin (2000, p. 59) que a condição humana está marcada pelas incertezas. Mais que lacunas, as incertezas e os questionamentos a respeito da natureza do cooperativismo, são componentes do movimento dialético das práticas de cooperação, por isso, podendo se traduzir em núcleo privilegiado de educação popular, na medida em que permite pela ação-reflexão a construção da *criticidade* de seus atores. Sob esse ponto de vista, certamente, é possível pensar nas práticas cooperativas como processo de desenvolvimento da potencialidade de “empoderamento” dos associados. Isto é, na medida em que os associados se descobrem e se assumem como atores da condução de organização e funcionamento da cooperativa, constroem poder.

As diferentes práticas de cooperação são questões, fundamentalmente, com base econômica: produzir e distribuir bens (JÄGER, 1991). Cooperativas são fenômenos que nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela organização e instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica. A cooperação é, em seu princípio constituinte, um acordo racional de sujeitos sobre algo (FRANTZ, 2003). O acordo da cooperação diz respeito aos interesses e necessidades frente à produção e distribuição de bens e riquezas.

No entanto, as práticas cooperativas contêm elementos sociais, culturais, políticos e pedagógicos, incorporados ao seu sentido econômico. A produção e a distribuição assumem dimensões políticas, sociais ou culturais, exatamente, pela sua importância econômica. Como questões centrais da economia implicam, especialmente, dimensões políticas. A questão central do movimento cooperativo é a de garantir ao trabalho um lugar mais justo na economia. Como tal, apresenta uma “tensão pedagógica”, através da qual os associados se educam pelo processo de construção de poder nas relações econômicas.

O meu estudo das organizações cooperativas é animado pela hipótese geral de que não se tenha podido, ainda, entender e “explorar” de todo o potencial de promoção do desenvolvimento de uma organização cooperativa, seja em termos culturais ou políticos e sociais. Especialmente, isso acontece por que se reduz o movimento cooperativo, em geral e apenas, ao seu fundamento econômico. Sob esse aspecto, as organizações cooperativas continuam a desafiar os seus pesquisadores: é preciso estudar e dimensionar os demais significados e potencialidades da organização cooperativa. Esse desafio se torna atual, principalmente, diante das inúmeras experiências de cooperação do campo da economia solidária (SINGER, SOUZA, 2000) e diante do desafio por construir novos caminhos de economia mais inclusiva (SANTOS, 2002).

Pela observação investigativa, especialmente, busco identificar e compreender os processos educativos, identificar e compreender a estrutura de poder, as suas relações e o seu sentido para a organização cooperativa. Enfim, o meu trabalho de pesquisa visa entender o sentido educativo e pedagógico da organização cooperativa no processo de transformações sociais. O que isso quer dizer?

Libâneo (1998:22), responde:

o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sócio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação

educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade.

Diante do cenário de mudanças e transformações, na sociedade, pode-se voltar a perguntar pelo lugar do movimento cooperativo como processo de *ação-reflexão* na construção de novas relações econômicas e estruturas sociais, de novos caminhos de encaminhamento das questões econômicas das necessidades e interesses das pessoas? Qual o lugar de uma organização cooperativa no movimento da sociedade em direção à superação de seus problemas sociais? Certamente, pela via desses questionamentos, abre-se um caminho também à atuação dos autores sociais do movimento cooperativo, constituindo-se a possibilidade de um processo de educação popular.

Além disso, a produção de clareza, de conhecimento, a respeito das organizações cooperativas, do lugar da educação em seus processos e dinâmicas de funcionamento, certamente, também pode constituir possibilidades de aperfeiçoamento organizacional e institucional, desde que não seja uma *educação bancária*, segundo Freire (1992).

Um novo lugar ao movimento cooperativo no cenário atual?

O mundo está passando por grandes e profundas transformações (BAUMAN, 2001). Vive-se uma época de fortes impactos: pela mudança de paradigmas de orientação na economia, na política, na educação, pela automação do processo produtivo via avanço tecnológico, pela globalização dos mercados via pela mundialização dos processos produtivos, do consumo e da cultura. Essas transformações penetram na vida das pessoas. O que está em jogo não são apenas transformações institucionais na esfera sócio-econômica, mas também, e mais profundamente, uma transformação cultural, envolvendo mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos. Nem sempre se percebe isso claramente, tornando as pessoas, facilmente, vítimas desse processo.

Afirma Mejía (1996, p. 9) que, atualmente, “presenciamos uma forma de ser do capitalismo que, ao reorganizar-se, supera estágios anteriores e articula a sociedade sob seu domínio como uma totalidade”. Diz o autor que desse contexto de mudanças, que tem na raiz um novo padrão tecnológico, imposto pelo capital, nasce uma nova organização do trabalho e das relações sociais, uma reorganização capitalista da sociedade. Essa situação implica também uma reorganização cultural, social e política,

afetando os referenciais de orientação das pessoas. O capital ocupa, cada vez mais, os espaços da economia e da cultura.

Segundo Guattari e Rolnik (2000, p. 16) “o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva”. Compreender essa relação capital e cultura, entender o processo histórico dessa relação, agir sobre ele, com certeza, é uma tarefa posta a cada ator social, individualmente e coletivamente. Aqui, sem dúvida, abre-se um espaço para a articulação associativa e no sentido da atuação cooperativa, um espaço para a educação popular, entendida esta, segundo Paludo (2008), como um projeto cultural e pedagógico alternativo, vinculado ao empoderamento e organização dos associados com vistas à transformação social.

As sociedades, movidas e condicionadas pelas forças das necessidades e interesses, através de movimentos dialéticos, tomam formas, estruturas e expressões, constroem relações sociais, afirmam valores e comportamentos. Essa perspectiva contém as possibilidades de futuro com maior equilíbrio e sustentabilidade social e ambiental. É a perspectiva que permite sonhar com uma sociedade, socialmente, mais justa e acolhedora. É a perspectiva da superação das contradições da sociedade humana. É a perspectiva que permite acolher processos educativos transformadores.

Apesar do grande avanço do conhecimento, da ciência e da tecnologia, vive-se um quadro de contradições. A ciência foi convertida em força produtiva a serviço mais do capital que do trabalho. Os dados apontam que cerca de 20% da humanidade usufrui 80% das riquezas produzidas. (MARTIN, SCHUMANN, 1998). O cenário dos dados permite afirmar que estamos diante de uma crise dos grandes sistemas modernos de organização econômica e social. O ápice da crise parece ser o fato de que uma sociedade mais justa e acolhedora para todos não cabe na ordem do sistema-mundo capitalista. Esses aspectos são, especialmente, visíveis nos países periféricos (BAUMAN, 2005).

Tudo indica que é cada vez mais seletivo o caminho da competição pelo mercado de concorrência capitalista, que tem na lógica do capital a motivação para a produção e a distribuição dos bens e das riquezas. Pode-se observar que a economia capitalista está cada vez mais fundada nas tecnologias de ponta e não no trabalho humano (CASTELLS, 1999). Como consequência disso se estabelece um complexo processo de exclusão social.

Segundo Lévy (1998, p. 42)

a evolução da técnica, o progresso da ciência, as turbulências geopolíticas e os elementos aleatórios dos mercados dissolvem os ofícios, pulverizam as comunidades, obrigam as regiões a se transformar, as pessoas a se deslocar, mudar de lugar, de país, de costumes e de língua. A desterritorialização muitas vezes fabrica e exclui ou rompe os laços sociais. Quase sempre confunde as identidades, pelo menos aquelas que fundavam sobre pertencimentos ou “raízes”. Resultam um terrível desajuste, uma imensa necessidade de coletivo, de laço, de reconhecimento e de identidade.

Afirma Bauman (2005. p. 24-25):

No carro do progresso, o número de assentos e de lugares em pé não é, em regra, suficiente para acomodar todos os passageiros potenciais [...] O mais importante é que, para qualquer um que tenha sido excluído e marcado como refúgio, não existem trilhas óbvias para retornar ao quadro dos integrantes.

Morin afirma (1998) que a humanidade está na encruzilhada por uma opção pela catástrofe ou pela transformação de suas práticas destruidoras das condições de vida no Planeta Terra.

Por sua vez, Assmann (1998, p. 28) escreve que

sem profundas conversões antropológicas, traduzidas em consensos políticos democraticamente construídos, não surgirá uma convivialidade humana na qual não falte nem a riqueza de bens disponíveis, nem a fruição da sabedoria de saber conviver nas diferenças.

Nesse contexto, rapidamente acima referido, ressurgem o cooperativismo como mecanismo de reintegração social (RIZEK, 1998). Abre-se o horizonte para a construção de alternativas, de novos caminhos, fundamentados na associação e na cooperação. Essas alternativas, entretanto, precisam ser construídas, através do diálogo, do debate, da argumentação, permitindo instituir processos de educação popular.

Wallerstein (2006, p. 35) em sua análise e interpretação do sistema-mundo capitalista identifica a ascensão gradual de movimentos anti-sistêmicos. Certamente, por via dessa observação, pode-se identificar no movimento cooperativo a possibilidade de construção de alternativas no contexto da crise, engendrada pela lógica da acumulação capitalista. A potencialidade de seu caráter pedagógico está relacionada, especialmente, com sua característica de movimento social pela cooperação.

A globalização predominante hoje é a da competição, imposta de cima para baixo e é modelada pelos interesses corporativos das grandes empresas multinacionais e pelos interesses geopolíticos dos países ricos e fortes (BAUMAN, 2001). Porém, também é possível perceber uma retomada das organizações cooperativas, nascidas das dificuldades de inserção econômica pela competição.

A sobrevivência das pequenas economias parece depender, cada vez mais, de instrumentos e mecanismos menos dominados pela lógica dos interesses do capital. Mecanismos de organização que permitem construir poder de ação, poder de controle de certos fatores de decisão. Mecanismo que permitem construir relações econômicas de base associativa e cooperativa. Esses parecem ser os desafios, colocados ao movimento cooperativo, no contexto social e econômico de produzir e distribuir riquezas.

De acordo com Arruda (2000, p. 53), no contexto da globalização,

ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; [...] o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia na nova era que se anuncia.

Do contexto das dificuldades, acima mencionadas, podem nascer novas perspectivas, novos lugares sociais podem ser construídos no campo da política, no campo da economia, abrigando novas relações sociais, embasadas no associativismo, na cooperação (SINGER, SOUZA, 2000). É um contexto que desafia a todos, a cada um em seu lugar social de vida. Nasce desse contexto enormes desafios às pessoas, às organizações, portanto, às organizações cooperativas, abrindo um espaço à educação popular.

De acordo com Arruda (2000, p. 72) é preciso

repensar, portanto, o mercado como uma relação social, entre seres humanos, apenas mediada por dinheiros e produtos; repensar a empresa e as instituições como comunidades humanas; deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser; identificar e cultivar a capacidade de cada pessoa e comunidade de ser sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento, estes são alguns dos grandes desafios ligados ao renascimento da humanidade no milênio que se avizinha.

Parece não haver dúvidas que a humanidade, atualmente, vive uma profunda crise: a submissão aos interesses do capital³. No meu entender, não vigora proposta política, atualmente, em termos globais, que permita inspirar confiança em direção ao futuro. Esse vazio está muito relacionado com a decepção política e o fracasso econômico e social das grandes experiências feitas na modernidade. Apesar do sucesso, em si, da economia de mercado capitalista, em termos sociais, os seus resultados são frustrantes. Do mesmo modo, o fracasso das experiências de economia socialista, centralmente planejadas, resultou em decepção. (ASSMANN, 1998). A ausência de um projeto global de sociedade para a maioria da população, entretanto, abre espaço para o

³ Ver crise financeira em <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/outubro/para-compreender-a-crise-financeira/>, acessado em 18.03.2008.

desafio da construção de um novo projeto de sociedade. Entre esses desafios pode-se incluir o reexame do princípio cooperativo nas relações econômicas. Diante do fracasso dos grandes sistemas, a humanidade vive a necessidade de um processo de profundas mudanças e transformações, com reflexos em todas as dimensões da vida.

De acordo com Arruda (2000, p. 51), "se espalha pelo mundo o sentimento sempre mais enraizado de que o setor privado hegemônico não consegue gerar um mundo de bem-estar e felicidade para todos e cada um dos cidadãos, povos e nações". Sob esse aspecto, pode-se falar de uma crise dentro da ordem hegemônica.

Wallerstein (2006, p. 33) conceitua crise como uma "transição" de um sistema a outro. Nesse sentido, segundo o autor, a sociedade estaria vivendo uma *crise de transição* "que vai de uma economia-mundo capitalista na direção de alguma outra coisa". No contexto da crise, recoloca-se a perspectiva de uma nova utopia, pelo menos. Até que ponto o movimento cooperativo consegue abrigar essa utopia?

De fato, a atual crise de confiança na economia causa a impressão que a humanidade está sem um projeto global que permita à maioria dos seres humanos olharem com confiança para o futuro⁴. Os seres humanos, sem sombra de dúvida, parecem postos diante do desafio de construir um novo paradigma de orientação para a humanidade: a construção de uma alternativa em novas bases de relações culturais, sociais, políticas e econômicas. Isso, certamente, implica em profundas mudanças na concepção, organização e funcionamento da sociedade atual. Um dos maiores desafios atuais parece ser a capacitação para reagir à dimensão individualista e consumista pelo resgate da dimensão comunitária. Aqui cabe perguntar se esse resgate abre lugar ao movimento cooperativo como um caminho alternativo à construção de um novo paradigma cultural, político e econômico à convivência social? Cabe a pergunta sobre o lugar do movimento cooperativo e da função da educação nesse movimento social.

Especialmente, a sobrevivência das pequenas economias parece depender, cada vez mais, de novas formas de organização, de novas tecnologias de produção, de novos mecanismos de comercialização, de novos mercados, porém, menos dominados pela lógica dos interesses do capital. Porém, a construção dos novos caminhos não começa com respostas prontas, com certezas ou verdades. Começa pela dúvida, pela experiência dos erros, pela coragem da crítica e da autocrítica.

⁴ A esse respeito ver entrevista de Immanuel Wallerstein em http://diplo.uol.com.br/2008-07_a2502, acessado em 18.03.2009.

Do fracasso e da frustração com os grandes sistemas políticos e econômicos nasce o desafio de construir uma concepção teórica de uma formação social em bases culturais, políticas e econômicas que possa acolher a liberdade individual e a necessidade do coletivo como dimensões de realização do ser humano.

A sociedade contemporânea “em rede” recoloca a possibilidade da questão da cooperação para a economia e as demais dimensões da vida. Diante dessa possibilidade, qual poderia ser o lugar do movimento cooperativo no processo de desenvolvimento de novas relações econômicas e de estruturas sociais mais compatíveis com uma sociedade democrática e sustentável?

No sistema-mundo capitalista a organização cooperativa, de modo predominante, até aqui, teve um caráter instrumental. Porém, a organização cooperativa contém também a possibilidade do movimento anti-sistêmico no sentido de recolocar o trabalho humano como sendo a centralidade do processo de produzir e distribuir bens e riquezas. Entretanto, como poderia a organização cooperativa, para além desse seu caráter instrumental, no sentido de garantir um lugar nas relações econômicas, implicar também um lugar para a cultura do humano e não apenas do capital? Historicamente, essa foi uma das expectativas de muitas iniciativas do movimento cooperativo, desde o século XVIII e XIX (VESTER, 1975). Hoje, frente ao contexto que se vive, como poderá o movimento cooperativo ocupar um lugar no processo de construção de uma rede de responsabilidade social, de atuação social responsável? Poderá a cooperação dos excluídos ser uma nova oportunidade para o encaminhamento de soluções para tantos problemas sociais que ainda acompanham a maioria da humanidade, ao final de tanto tempo de economia, fundada na concorrência e na individualidade e nos interesses do capital?

A construção da economia do humano, em bases cooperativas, talvez, continua sendo um dos maiores desafios postos aos seres humanos (SANTOS, 2002). Os instrumentos de construção da economia do humano deverão ser forjados pela via do associativismo, pela organização cooperativa, mais que pela competição. A economia do humano pode ser entendida como uma das expressões mais próximas do desenvolvimento local.

Afirma Wallerstein (2006, p. 33) que uma transição em sistemas de larga escala tende a ser de média a longa duração, podendo estender-se por um período de algumas gerações. Portanto, essa é uma “tarefa” desafiadora para gerações. No entanto, é uma tarefa a ser construída a partir da experiência humana acumulada, pela ação-reflexão,

pela perspectiva da possibilidade da mudança e da transformação, através de um processo participativo e democrático. Nesse sentido, trata-se de um processo que tem como núcleo político-pedagógico a reação à dimensão individualista e consumista pelo resgate da dimensão associativa e cooperativa da vida em todas as suas formas: das questões ambientais às questões da economia. Trata-se de construir uma economia do humano, isto é, que tenha como núcleo as necessidades e interesses dos seres humanos e não a lógica da acumulação do capital.

Considerações finais

As entrevistas apontam para as seguintes questões: associados e dirigentes têm consciência que as dificuldades que as cooperativas enfrentam são também de ordem cultural e política; não são apenas de ordem material e tecnológica; entretanto, essas dificuldades não limitam o reconhecimento da importância da organização cooperativa como caminho de sobrevivência da agricultura familiar. Acreditam na organização cooperativa, voltada à economia do associado, embora façam ressalvas de que algumas cooperativas fugiram da agricultura familiar. No entanto, sua crença na organização cooperativa expressa alguns condicionantes: a concretização de políticas públicas de valorização da agricultura familiar, a reversão do êxodo rural que ameaça o processo sucessório na agricultura familiar, a participação política efetiva dos associados na cooperativa, a orientação das ações da cooperativa para as necessidades e interesses dos associados, a formação política associativa e a qualificação técnica dos associados, a existência de liderança administrativa com capacidade de diálogo e comunicação.

As entrevistas de campo, junto aos associados de cooperativas, permitem concluir o movimento cooperativo - como força social - pode adquirir centralidade na economia da população, especialmente, no desenvolvimento local. O cooperativismo pode se afirmar como um lugar de comunicação a respeito de práticas de produção e distribuição de bens, a partir do qual passe a ser possível construir novos caminhos na economia, novos laços sociais, nova cultura na política. Através do cooperativismo, pode-se buscar, cada vez mais, a afirmação da natureza plural da economia: uma economia não apenas atrelada à lógica do capital, mas às necessidades e interesses dos seres humanos. É sob essa ótica, inclusive, as práticas econômicas alternativas passam a ser objeto de debate em espaços sociais como o Fórum Social Mundial (CATTANI, 2001) ou de movimentos sociais, voltados à economia popular solidária (SINGER, SOUZA, 2000).

As entrevistas com lideranças sindicais e cooperativistas permitem concluir que no *espaço* do cenário de dificuldades e desafios contemporâneos, do fracasso social dos grandes sistemas, renasce a questão do cooperativismo como uma prática social de dimensão econômica, política e cultural, tendo como denominador comum o sentido do humano. Isto é, um instrumento prático que devolva aos indivíduos o espaço da participação, da decisão solidária e responsável no encaminhamento da produção e distribuição das riquezas, constituindo um espaço pedagógico transformador.

As atividades de investigação permitem concluir que as organizações cooperativas podem ser reconhecidas, especialmente, como expressão das ações locais de desenvolvimento. Porém, mais que o desenvolvimento local, a organização cooperativa parece ainda carregar dentro dela a força política para recolocar o ser humano e não o capital, no centro da dinâmica da economia local.

Não se pode desconhecer a função do capital na organização cooperativa e no processo de desenvolvimento, mas é preciso reconhecer a necessidade da primazia da centralidade humana (MARÉCHAL, 2000). Esse é um dos princípios filosóficos e políticos básicos do movimento cooperativo. Entretanto, essa potencialidade depende também muito do poder político dos sujeitos envolvidos da qual pode nascer um movimento social em favor de mudanças e transformações. Essa visão implica o reconhecimento da supremacia da política sobre a economia. A crise financeira global, atual, parece apontar nessa direção.

A meu ver, a partir dessa visão podem nascer possibilidades de um novo cooperativismo, fortalecido pela avaliação crítica de suas práticas. Na reflexão, na análise crítica, na avaliação do sentido da cooperação, está um dos elementos de garantia de estabilidade organizacional e institucional, de validade social do cooperativismo. Entretanto, quando falha a reflexão, a crítica, a avaliação, corre perigo a estabilidade e a validade das instituições, especialmente, no caso de cooperativas. Corre perigo o projeto cooperativo, como um espaço de organização democrática, de participação, de qualificação política e técnica de seus integrantes. Um dos fundamentos do cooperativismo é a democracia. A democracia não é um fim em si mesmo, mas é um caminho de relações políticas, sem o qual o projeto cooperativo se fragiliza. A reconstrução da supremacia da política sobre a economia, através da democracia, parece ser condição fundamental a um projeto cooperativo.

Na prática do cooperativismo este foi, muitas vezes, tão adverso aos interesses e necessidades de seus associados, como a própria realidade competitiva do mercado

capitalista. Isso sempre aconteceu, historicamente, quando a racionalidade da cooperação foi instrumentalizada e submetida à lógica do capital.

Entretanto, as entrevistas com associados, com dirigentes de cooperativas, com lideranças sindicais, permitem afirmar que, hoje, o cooperativismo parece se renovar como capacidade de reação e organização da sociedade civil, diante dos desafios que as transformações sociais e econômicas impõem. O cooperativismo se afirma como espaço de organização e instrumento de atuação de diferentes grupos sociais, com sentido e objetivos econômicos específicos, especialmente, através de iniciativas de economia solidária. Talvez seja reflexo da compreensão do novo papel que a sociedade civil pode exercer, hoje, no contexto das contradições e transformações. O Fórum Social Mundial parece indicar nessa direção (GRZYBOWSKI, 2009).

A organização cooperativa, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros, pelos laços sociais da cooperação, tende a contribuir com a construção de espaços coletivos, despertando a responsabilidade social e a solidariedade. A organização cooperativa tem o sentido da construção do coletivo que lhe advém da natureza associativa.

As entrevistas revelam que as organizações cooperativas podem representar importantes espaços sociais e nos quais as pessoas podem desenvolver sentimentos, idéias, valores, comportamentos, conhecimentos, aprendizagens, estruturas de poder de atuação, através do qual se comunicam e se influenciam. Isso decorre do fato de que a organização cooperativa abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam.

Da dinâmica dessas relações podem nascer ações no espaço da economia, da política, constituindo-se, assim, as práticas cooperativas em processos educativos e em processos de construção de poder (PUTNAM, 1996). Ao se fundirem, esses dois processos podem constituir as bases de uma educação popular (PALUDO, 2001, p. 81), entendida como uma atividade compromissada com as necessidades e interesses dos associados e não apenas com a boa operação instrumental da cooperativa, no contexto do mercado.

A educação é um processo que se realiza, de forma complexa e múltipla, nas relações sociais que se constituem e se afirmam nos mais diferentes espaços da vida humana: no trabalho, nos grupos sociais, nos movimentos sociais, na família, na escola, na igreja, no partido, no sindicato e na cooperativa (BRANDÃO, 1995). É um

fenômeno que contém aspectos técnicos, políticos e culturais. As características cognitivas das práticas técnicas, econômicas ou políticas, inerentes à complexidade do fenômeno social da cooperação, contribuem para o processo educativo em organizações cooperativas. Afirma Soethe (1996, p. 4) que “a dinâmica do campo pedagógico permeia todas as dimensões da existência humana, isto é, das ações e das práticas”.

A organização cooperativa, além do seu sentido econômico, constitui-se, assim, em uma escola, onde se gera conhecimento, produz-se aprendizagem, a respeito da vida na realidade social, certamente, com profundo reflexo no processo de educação mais amplo da sociedade, deitando nela raízes de muitos de seus valores e comportamentos sociais. Dessa forma pode vir a contribuir com o desenvolvimento local.

Portanto, a organização cooperativa, ao mesmo tempo, pode ser um lugar de economia e um lugar de produção de conhecimento, de aprendizagem, de educação. O conhecimento, a aprendizagem, a educação, podem acontecer nas práticas políticas de comunicação e negociação, na busca das informações, nas práticas da comercialização dos produtos.

As organizações cooperativas do meio rural sempre foram desafiadas por operações técnicas de produção, armazenagem, industrialização e comercialização, isto é, por questões vinculadas à economia dos seus associados. Porém, também sempre existiram os desafios de ordem política, de natureza cultural e social, constituindo processos pedagógicos, embora nem sempre reconhecidas ou valorizadas.

No meu entender, as atividades de pesquisa permitem afirmar que, nas práticas cooperativas, podem-se desenvolver sentidos não apenas instrumentais, em termos de economia, mas que tenham significados culturais ou políticos. Na comunicação do trabalho cooperativo, pela pedagogia da “ação-reflexão” (FREIRE, 1975), parece estar a possibilidade de uma *inteligência coletiva* (LÉVY, 1999) e criativa com reflexos, certamente, no desenvolvimento local. As entrevistas revelam que o movimento cooperativo pode ser uma reação local com significado político pela constituição de novos atores sociais.

Entretanto, há que se reconhecer também que se corre o risco de ver o cooperativismo reduzido a instrumento da razão técnica, isto é, a instrumento do capital e não do trabalho. Wallerstein (2006, p. 37-39) chama a atenção para o risco e as práticas de cooptação dos movimentos anti-sistêmicos, mediante concessões de vantagens às lideranças desses movimentos.

Enfim, acredito que, diante das potencialidades da organização cooperativa, nasce o desafio da implementação de um processo de educação popular com a perspectiva da construção de espaços cooperativos, voltados à reorientação das relações sociais e à possibilidade da construção de caminhos alternativos nos espaços da cultura, da política e da economia.

Fontes bibliográficas:

ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ASSMANN, Hugo. Reencantar a Educação. Rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRANDÃO, C. R. O Que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRAUNTHAL, Julius. Geschichte der Internationale. Band 1-3. Berlin, Bonn: Dietz, 1978.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio David (org.). Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor. Porto Alegre/Petrópolis: UFRGS/Vozes, 2001.

DEMO, Pedro. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

FRANTZ, W. Educação e poder na racionalidade da cooperação. In: Perspectiva Econômica, vol. 38, nº 121, Série Cooperativismo nº 53, p. 15-40. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRZYBOWSKI, Cândido. Fórum Social Mundial na Amazônia, um sopro de renovação planetária. In: Democracia Viva, 41, p. 78-81. Rio de Janeiro: IBASE, 2009.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. Micropolítica. Cartografias do Desejo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

JÄGER, Wilhelm. Genossenschaften: Eine Chance für die Zukunft. Münster: Verlag Regensburg, 1991.

LÉVY, Pierre. A ideografia dinâmica. Rumo a uma imaginação artificial? S. Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÉVY, P. A Inteligência Coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos, 1998: Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez

MARÉCHAL, Jean-Paul. Humanizar a economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MARQUES, Mario Osório. Escrever é Preciso. O princípio da Pesquisa. Ijuí: Editora UNIJUI, 1998.

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. A Armadilha da Globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social. Lisboa – Portugal: Terramar, 1998.

MEJÍA, Marco Raúl. A transformação social: educação popular no fim do século. São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu e MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. Sociologia. A sociologia do Microsocial ao Macroplanetário. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PALUDO, Conceição. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001

PALUDO, Conceição. Educação e Movimentos Sociais. In: RABELO, Amaro Korb (org.) e outros. Vivência e práticas pedagógicas: sistematizando a turma Antonio Gramsci: pedagogia da terra 2004-2008. Cascavel: Universidade Estado Paraná, 2008, p. 159-172.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIZEK, Cibele Saliba. Introdução. In: CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOETHE, José Renato. Dialética e C&T: subjetividade e pedagogia. In: Cadernos CEDOPE, Série Movimentos Sociais e Cultura, ano 8, nº13. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

VESTER, Michael. Die Entstehung des Proletariats als Lernprozess. Die Entstehung antikapitalistischer Theorie und Praxis in England 1792-1848. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1975.

WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do Século XIX. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.